

ESCRITOS DA RESISTÊNCIA: Mulheres, Política e Ditadura em Pernambuco

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto¹
Maria Giuliana da Silva Santos²

Resumo: Este artigo busca evidenciar a relação entre política, a atuação de mulheres de esquerda e regime político autoritário, tendo como objeto de análise as produções escritas de militância oriundas de Pernambuco durante o regime civil-militar (1964-1979). O objetivo foi compreender como se deu a divulgação do movimento revolucionário contra o regime ditatorial. A partir de pesquisa documental no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, bem como de testemunhos presentes em documentários e entrevistas publicadas no contexto pós-ditadura, foi possível identificar 35 mulheres envolvidas na produção de textos educacionais e/ou políticos que circularam no recorte temporal anunciado. Os conteúdos publicados em jornais clandestinos, panfletos, e manifestos, serviram como veículos de denúncia das práticas repressivas do Estado, revelando, assim, uma das inúmeras formas pelas quais as mulheres movimentaram a história. Portanto, o presente estudo se faz necessário para contribuir para a historiografia de gênero, expondo a presença feminina na resistência política.

Palavras-chave: História das Mulheres; Ditadura civil-militar; Pernambuco.

RESISTANCE WRITINGS: Women, Politics and Dictatorship in Pernambuco

Abstract: This article seeks to highlight the relationship between politics, the activism of leftist women, and authoritarian political regimes, focusing on the written militant productions originating in Pernambuco during the civil-military regime (1964-1979). The aim is to understand one of the most significant forms of women's political activism, namely: the dissemination of the revolutionary movement against the dictatorial regime. Based on documentary research conducted at the Public Archives of the State of Pernambuco, as well as testimonies found in documentaries and interviews published in the post-dictatorship period, it was possible to identify 33 women involved in the production of educational and/or political texts that circulated during the specified timeframe. The materials published in clandestine newspapers, pamphlets, manifestos, and literary works served as important instruments for

¹ Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Educação Básica da UFPE. Membro do Gepifhri. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5602-8534>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6749653436674174>. E-mail: raylane.navarro@ufpe.br.

² Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista de Iniciação Científica (Pibic/Propesqi/UFPE). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1309-9360>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1273374677542165>. E-mail: giuliana.ssantos@ufpe.br.

denouncing human rights violations and the repressive practices of the State, thus revealing one of the many ways in which women shaped history.

Keywords: Women's History; Civil-Military Dictatorship; Pernambuco.

ESCRITOS DE LA RESISTENCIA: Mujeres, política y dictadura en Pernambuco

Resumen: Este artículo busca evidenciar la relación entre la política, la actuación de las mujeres de izquierda y el régimen político autoritario, tomando como objeto de análisis las producciones escritas de militancia procedentes de Pernambuco durante el régimen civil-militar (1964-1979). El objetivo fue comprender cómo se difundió el movimiento revolucionario contra el régimen dictatorial. A partir de una investigación documental en el Archivo Público del Estado de Pernambuco, así como de testimonios presentes en documentales y entrevistas publicadas en el contexto posdictatorial, fue posible identificar a 35 mujeres involucradas en la producción de textos educativos y/o políticos que circularon en el período anunciado. Los contenidos publicados en periódicos clandestinos, panfletos y manifiestos sirvieron como vehículos para denunciar las prácticas represivas del Estado, revelando así una de las innumerables formas en que las mujeres movieron la historia. Por lo tanto, el presente estudio es necesario para contribuir a la historiografía de género, exponiendo la presencia femenina en la resistencia política.

Palabras clave: Historia de las mujeres; Dictadura civil-militar; Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Conforme Stoppino (1998, p. 373), a noção de ditadura abrange diferentes formas de governo e está ligada ao despotismo, absolutismo, tirania, autocracia e autoritarismo. Esses sistemas compartilham a supressão das liberdades individuais e a utilização da violência como método de controle, características presentes em todos os modelos mencionados. No contexto da ditadura civil-militar brasileira, a censura desempenhou um papel crucial nesse processo, operando como um mecanismo eficaz para negar as liberdades individuais, ao suprimir expressões artísticas, intelectuais e políticas que fossem contrárias ao regime.

Apesar desse cenário de restrição e vigilância, a resistência política, especialmente vinculada aos partidos e movimentos de esquerda, organizou-se de forma ativa — muitas vezes de modo clandestino — por meio da publicação

ilegal de jornais, manifestos e panfletos. Diante disso, coloca-se a seguinte questão norteadora: de que maneira as mulheres militantes de esquerda em Pernambuco contribuíram, por meio de suas produções escritas, para a resistência ao regime autoritário e para a divulgação do movimento revolucionário que tinha por propósito combater a ditadura?

A censura durante a ditadura civil-militar brasileira manifestou-se de maneira distinta nos contextos rural e urbano. No meio rural, a repressão se dirigiu especialmente contra os sindicatos, dos quais, em Pernambuco, apenas quatro não sofreram intervenção. Foram eles, os das cidades de Vicência, Timbaúba, Nazaré da Mata e Limoeiro, conforme aponta Abreu e Lima (2005, p. 117). Já no cenário urbano, houve um crescimento significativo do movimento estudantil, que contribuiu para a polarização nas universidades, com intensos conflitos ideológicos e políticos em torno do comunismo e da máquina autoritária 'anticomunista'. Tanto no campo, quanto nas cidades, as forças ideológicas de esquerda foram alvo de censura e enfrentaram forte repressão.

A repressão resultou na perseguição de inúmeras pessoas, com o objetivo de silenciá-las e evitar denúncias sobre a realidade vigente no Brasil sob o regime ditatorial. Em Pernambuco, segundo a listagem de prontuários individuais de presos e perseguidos políticos, há, pelo menos, 21.317 homens e mulheres perseguidos/as que foram registrados pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 2022). No contexto pós-ditadura civil-militar, alguns historiadores dedicaram-se a registrar a história de “434 mortos e desaparecidos políticos, cujas mortes não podem ser justificadas por qualquer motivo” (Brasil. Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 25). Isso evidencia como a repressão foi violenta e duradoura, visto que o regime foi vigente por 21 anos.

Além disso, a historiografia desse período, marcado por intensa violência, tanto no Brasil quanto em outros países, também revela outra forma de repressão: a exclusão das narrativas femininas. Colling (2021) destaca, inclusive, o longo tempo que levou para que surgissem estudos sob a perspectiva

das mulheres sobre esse período opressor. Segundo a autora, no contexto pós-ditadura civil-militar, “com a eleição de Tancredo Neves e a posterior posse de seu vice José Sarney (antigo apoiador da ditadura) e muitos livros sobre a resistência já haviam sido escritos por homens, ex-militantes. Sobre mulheres, quase nada, um silêncio absoluto” (Colling, 2021, p. 35)

Posteriormente, principalmente nos anos finais da década de 1990 e o início dos anos 2000, a presença de relatos orais, trabalhos acadêmicos, tal como a produção de documentários sobre a resistência feminina no movimento esquerdista vai contra a ideia de mulheres serem “leves sombras” (Perrot, 2005, p. 33). Diante disso, o presente trabalho buscou tratar da trajetória das militantes, enquanto sujeitos históricos ativos, “subversivos” e que sofreram perversas consequências por serem mulheres e contrárias ao regime civil-militar brasileiro.

A antropóloga Elizabeth Xavier Ferreira, a fim de reunir depoimentos que mostram como as mulheres resistiram, utilizando da escrita e outras formas de impressos para preservar suas memórias e resistir ao regime, foi uma das primeiras pesquisadoras a tratar da resistência feminina na ditadura civil-militar. Ela entendeu que as mulheres que se fizeram presentes na militância esquerdista se materializaram com “um papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (se insurgindo contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente)” (Ferreira, 1996, p. 94).

A fim de traçar os perfis das militantes que contou a história, em sua obra “Mulheres, militância e memória” (1996), Ferreira destaca que, apesar de estarem em diferentes partidos políticos, todas as treze mulheres eram de meios universitários. Sobre as universidades, a antropóloga compreende que “a intensa politização desenvolvida dentro das escolas e nas universidades naquele momento gerou a mobilização que atingiu os meios estudantis daqueles anos, colocando um contingente considerável desses jovens em atividades direta ou indiretamente ligadas à ação política.” (Ferreira, 1996, p. 39).

Ao relacionar a história oral e a trajetória de anistia no Brasil, a professora Dra. Maria Paula Araújo argumenta sobre a importância de coletar

entrevistas a fim de fornecer uma reflexão sobre os múltiplos cenários de resistência durante a ditadura civil-militar. Além disso, conclui que ao contar tais narrativas têm o “objetivo de entender a história política do Brasil recente a partir da chave de investigação da anistia e analisar a importância da palavra e do testemunho na superação individual e coletiva de contextos políticos pós-traumáticos” (Araújo, 2012, p. 63).

Nessa perspectiva, está o documentário “Vou contar para meus filhos”, dirigido por Tuca Siqueira, diretora de cinema, e produzido dentro do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e Movimento Tortura Nunca Mais que conta com depoimentos de presas políticas na Colônia do Bom Pastor-PE. A fala das militantes como Eridan Magalhães, que conta como foi rotulada por adjetivos sexuais por fazer parte da militância esquerdista, servem como informações essenciais para contarmos e ressaltarmos a presença feminina na resistência e no cotidiano, apesar do esforço de invisibilizá-las. Com a missão de investigar tais trajetórias, neste trabalho buscamos analisar a atuação de mulheres pernambucanas que, por meio das produções textuais como panfletos, manifestos e jornais clandestinos, denunciaram o cenário ditatorial.

Com isso, a pesquisa se distingue por concentrar-se especificamente nas produções escritas femininas de cunho político e educacional durante o regime civil-militar, um recorte ainda pouco explorado pela historiografia que se concentra mais nas atuações e escritos masculinos, e embora existam estudos sobre a resistência de mulheres à ditadura em outras regiões do país, há uma lacuna evidente quanto à participação feminina na produção e circulação de textos de militância em Pernambuco, o que confere caráter inédito a este estudo. Assim, a investigação contribui para ampliar o debate sobre a presença e o protagonismo das mulheres no espaço público por meio da resistência política e fortalecendo a historiografia de gênero no contexto da ditadura brasileira.

METODOLOGIA

Aliados a pesquisa documental e a pesquisa biográfica, o presente trabalho foi construído sem a submissão ao comitê de ética, por valer-se de documentos públicos. Nesse sentido, exploramos diversas fontes documentais, como jornais, revistas, fotografias, manifestos, entrevistas e depoimentos orais. Essas fontes foram procuradas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, em bibliotecas e arquivos públicos estaduais e municipais dos estados do Nordeste, no Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social e outros locais de memória.

Encontrar as informações utilizadas para análise neste texto, foi possível a partir das fichas criminais presentes nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) disponíveis no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE): DOPS - PE. Os dois volumes do relatório e os processos da Comissão Especial de ex-presos políticos, ambos disponíveis na Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC).

Como primeira ação realizamos o levantamento do número de mulheres envolvidas em produções textuais durante o recorte temporal anunciado. Para tanto recorremos a um quadro já produzido por Silva, Silva e Barreto (2023), em pesquisas que antecederam esse projeto de iniciação científica e que está no âmbito do projeto maior intitulado “A relação mulheres - educação e regime político autoritário no nordeste do Brasil (1964-1979)” financiado a partir do edital Universal MCTI/CNPq (2022-2024).

O referido estudo mapeou a presença de 222 presas e perseguidas políticas em Pernambuco através de suas fichas policiais arquivadas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, que continham informações como nome, filiação, naturalidade, escolaridade, profissão, motivo de prisão, data de autuação, etc. A partir da leitura deste material, foram selecionadas 35 mulheres cujos registros indicavam, no campo “motivo da prisão” ou em anotações complementares, indícios de envolvimento com atividades de escrita e divulgação de panfletos, manifestos ou jornais clandestinos.

No segundo passo, visualizamos os prontuários individuais e os processos de indenização daquelas que estavam vinculadas a produções textuais, e analisamos quais informações continham nesse tipo de documento oficial e o que os faziam ser considerados subversivos. Além de obter alguns panfletos anexados aos processos, foi possível acessar testemunhos sobre o cotidiano como perseguida e/ou presa política.

Acerca do uso de tais documentos, os autores Bauer e Gertz (2009), intitulado-os “fontes sensíveis”, afirmam que esses documentos atuam como um “instrumento social insubstituível para conformar novas relações sociais” (Bauer e Gertz, 2009, p. 179). Isso se dá porque tais prontuários denunciam as violações de direitos ocorridas durante aquele período. Nesse sentido, os autores sublinham a importância de que os pesquisadores saibam como tratar essa documentação, uma vez que as informações sobre tortura física e psicológica, usadas para obtenção de dados sigilosos, nem sempre estão explicitamente registradas.

Além disso, destacam que esses arquivos possuem um caráter sensível, já que “afetam a sociedade em que foram produzidos e recuperados, especialmente porque muitos dos protagonistas da ditadura militar ainda estão vivos” (Bauer; Gertz, 2009, p. 178), e tratam de um passado recente. Para reforçar essa perspectiva, os autores citam a antropóloga Catela, que afirma:

Cada documento, para além de seu valor histórico ou judicial, condensa um valor memória e um valor-identidade, que acompanha e reforça a ação militante e o testemunho das vítimas. (Catela *apud* Bauer; Gertz, 2009, p. 179)

O terceiro momento foi dedicado à pesquisa das mulheres na Hemeroteca digital, a fim de visualizar as notícias que produziram sobre elas e o possível encontro de suas produções. Tal como a consulta ao Acervo da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), que coleciona impressos, manuscritos e fotografias, em formato digital, disponibilizando de maneira universal para pesquisadores e estudiosos.

Ancorado a isso, evidenciou-se a pesquisa por seus nomes no Google, a fim de localizar suas continuidades após o passado enquanto presa política e a fim de mapear uma possível produção textual produzida a posteriori ao período da ditadura civil-militar. Nesse sentido foram acessados documentários e entrevistas oferecidas pelas ex-presas políticas, a posteriori ao regime civil-militar. Tais testemunhos são essenciais para a construção da memória coletiva, garantindo que as vozes e experiências daqueles que viveram o período da repressão não sejam esquecidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do presente estudo se concentraram em identificar o número das mulheres que escreviam, suas motivações e os meios utilizados para a divulgação de suas produções. Isto porque entendemos que se trata de uma ação de resistência, com vistas ao fim do regime autoritário. Como antes ressaltado, a partir do mapeamento feito por Maria Eduarda Silva, Hemilly Silva e Raylane Barreto (2023) que contém o nome e outros elementos encontrados nas fichas policiais das 222 presas e perseguidas políticas em Pernambuco, foi possível encontrar nomes e indícios das mulheres que possivelmente teriam feito uso das táticas da escrita e distribuição de panfletos e congêneres.

A partir disso, a análise foi feita a partir dos testemunhos das mulheres, tal como consta em seus prontuários individuais do DOPS e em seus processos de indenização. Por certo tínhamos as informações que constavam no mapeamento anunciado, mas a busca no próprio documento foi orientada, com o objetivo de encontrar não somente o motivo da autuação prisional, mas o próprio tipo de produção textual, ou mesmo qualquer tipo de vinculação com o universo da escrita. Dentre as 222 mulheres mapeadas, destacam-se 35 presas e perseguidas, em que a escrita como forma de resistência aparece a elas relacionadas.

Quadro 1 - Levantamento de escritas de presas e/ou perseguidas na ditadura civil-militar em Pernambuco

Presa/ perseguida política	Profissão	Data e idade da autuação	Conteúdo da produção	Atuação	Suporte
Ana Maria Santos Rollemberg Côrtes	Assistente Social	1974 - 29 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Ana Maria Gomes Coelho	Professora	Não consta	Reivindicações estudantis da Universidade Federal de Goiás	Distribuição	Panfletos e murais
Ana Rita de Castro Almeida	Assistente Social	1969 - 23 anos	Estudante de serviço social, teve seu Trabalho de Conclusão de Curso apreendido, assim como livros que tinha em sua posse por serem considerados subversivos	Escrita	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Célia Maria Uchôa Leite	Estudante	1967 - 22 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Edna Santos Barros	Costureira	1966 - 31 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Elisabeth de Souza Lobo Garcia	Professora	Não consta	Movimento das mulheres e Movimento Feminista	Escrita	Livros de sua autoria
Elizabeth Carvalho	Não consta	Não consta	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Eridan Moreira Magalhães	Estudante	1969- 19 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos

Gilseone Cosenza	Estudante	1971 - 17 anos	Protesto contra o cenário da ditadura civil-militar (1964-1985)	Escrita	Jornal "Brasil Mulher" Jornal "Em Tempo" Jornal "Em Movimento"
Graziela de Moura Cavalcanti de Melo	Estudante	1964 - 28 anos	Protesto ao fechamento do Movimento de Cultura Popular (MCP)	Escrita	"Jornal A Hora"
Helena Mota Quintela	Estudante	1972 - 22 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Lêda Maria de Oliveira Lima	Professora	1969 - 21 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Leci de Moura Maciel	Doméstica	1973 - 23 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva	Economista	1964 - 22 anos	Tese defendida em:1976. PPGE/UNICAMP. No limiar da industrialização: estado e acumulação de capital	Escrita	Dissertação de Mestrado
Lília Maria Pinto Gondim (Lidia Maria Godim Leitão)	Economista	1969 - 19 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Luzia Maria Nóbrega	Estudante	Não consta	Reivindicações estudantis	Escrita	"Jornal do Estudante"
Lylia da Silva Guedes Galleti	Estudante	1971 - 18 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Margarida Serpa Cossart	Psicóloga	1975 - 36 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos

Maria Aparecida dos Santos	Costureira	1974 - 24 anos	Convocação das classes populares para a luta armada	Escrita	Jornal “Luta Operária”
Maria do Carmo Silva	Estudante	1974 - 17 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Maria do Carmo Tomaz	Funcionária Pública	1973 - 27 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Maria Inês Moreira de Melo	Estudante	1969 - 19 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Maria Tereza Lemos Vilaça	Professora	1970 - 25 anos	Reivindicações estudantis da Universidade do Recife	Escrita	Artigo
Maria Yvone Loureiro Ribeiro	Economista	1971 - 24 anos	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Marisa Spanghero Ferreira	Professora	Não consta	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Maria Vieira da Paz	Professora	Não consta	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Niomar Muniz Sodré Bittencourt	Jornalista	Não consta	Denúncia do cenário da ditadura civil-militar (1964-1985)	Escrita	Jornal “Correio da Manhã”
Nilva Maria Gomes Coelho	Professora	Não consta	Denúncia do cenário nacional	Distribuição	Panfletos
Rosa Maria Barros Soares	Estudante	1971 - 23 anos	Denúncia do cenário nacional	Escrita e Distribuição	Panfletos

Selma Bandeira Mendes	Médica	1978 - 32 anos	Protesto ao cenário autoritário	Escrita	Entrevista para o “Jornal Opinião”, em 1982
Sônia Maria de Arruda Beltrão	Estudante	1972 - 23 anos	Tese defendida em:1978. UFRJ. "Estudo da Política de Habilitação Provisória e Sugestões para o Planejamento"	Escrita	Dissertação de Mestrado
Suzana Helena de Brito Maranhão	Socióloga	1983 - 40 anos	Publicação de contestação ao Governo.	Escrita	“Jornal O Povão”, órgão da imprensa alternativa
Vera Lúcia Stringuini	Estudante	1970 - 27 anos	Escrito sobre ascensão revolucionário das massas latino-americanas	Escrita	Não consta
Yara Cecy Falcon Lins	Estudante	1970 - 23 anos	Sobre as reformas de base, Guerra do Vietnã, e reivindicações estudantis da Universidade do Recife	Escrita	Escritos para o “Jornal Mural”
Vera Silva Araújo de Magalhães	Estudante	1970 - 22 anos	Divulgação de manifesto comunista	Divulgação	Manifesto

Dentre as mulheres localizadas e mapeadas, têm-se 18 vinculadas à ação de distribuição (panfletagem) e 17 como produtoras de conteúdos a favor da democracia e contra o regime autoritário. Tal ação visa destacar a importância de ressaltar as mulheres como mediadoras, além de produtoras, de panfletos e informes que visavam denunciar a ditadura civil-militar à população

pernambucana. Há que se registrar que a essa época era previsto, através do artigo 45 inciso 1 do Decreto-Lei 0898/69, a proibição da propaganda subversiva, sendo possível ser julgado a pena de reclusão dentre 1 a 3 anos (BRASIL, 1969).

Entretanto, além da iminente prisão, é possível destacar as injúrias que elas sofriam, para além das sevícias que são relatadas nos testemunhos de algumas presas políticas. A estudante Eridan Moreira Magalhães com 19 anos, por exemplo, em seu depoimento, disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), expõe que era virgem, mas que fora questionada com quantos homens já havia dormido, e ainda lhes proferiram nomes como “puta” e “prostituta”.

A estudante foi presa por pichar um muro com a frase “Abaixo à ditadura militar” e por atuar na panfletagem, portando materiais considerados subversivos. A posteriori, ao contar o cotidiano enquanto presa política, Eridan expõe no já citado documentário “Vou contar para meus filhos” (2011), que os torturadores queriam desmoralizar as mulheres com perguntas sexuais e que a visão dos torturadores das mulheres comunistas era de serem “acompanhantes de macho”. Ela conclui que a ideia que os militares tinham das mulheres pertencentes aos partidos contrários ao regime somente permaneciam por serem aliciadas para estarem no movimento, e não estavam na militância por questionarem as desigualdades sociais.

Rago (2011) tratando da autonomia que busca construir a historiografia feminina, aponta a necessidade de refletir sobre a posição da mulher “recusando-se a girar, como auxiliares ou sombras, em torno dos homens” (Rago, 2011, p. 59). Essa visão reflete um esforço deliberado da sociedade patriarcal para reforçar estereótipos de gênero e manter as mulheres confinadas a papéis tradicionais, excluindo-as da participação política ativa.

Nessa perspectiva, Eridan Moreira Magalhães, assim como outras 17 mulheres foram julgadas por divulgarem ideais militantes que estavam presentes em seus repertórios políticos, além de, somente uma motivação masculina, como queriam acreditar os militares. Nos panfletos, as consideradas

subversivas, publicizam o que não era dito publicamente pelos militares. No texto abaixo, é possível compreender o teor dos panfletos que eram divulgados no recorte temporal anunciado.

AO POVO PERNAMBUCANO

No Brasil temos uma ditadura militar. Esta ditadura engana o povo de muitas maneiras. A última maneira de enganar o povo é o “cruzeiro novo”, que foi inventado para encobrir a desvalorização do dinheiro. Este “cruzeiro novo” não vai melhorar tudo, vai piorar. O salário mínimo de 67 vai continuar sendo o que foi ou 66: salário de fome.

Essa ditadura existe apenas para manter os privilégios dos ricos poderosos e dos americanos. Para o povo mesmo: NADA.

Não foram permitidas as eleições diretas para governadores e Presidente e vem agora um novo ditador Costa e Silva.

Não aguentamos mais. O que o povo tem que fazer é se unir para protestar e lutar pela derrubada da ditadura:

ABAIXO COSTA E SILVA

ABAIXO A DITADURA

FORA OS AMERICANOS.

(Prontuário individual de Célia Maria Uchôa Leite nº 17.852. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Recife.)

O panfleto está dentro do processo de Célia Maria Uchôa Leite, estudante de ensino superior, que foi presa em fevereiro de 1967 com 22 anos, por panfletar. Foi pega em flagrante, o que ocasionou sua prisão imediata. O conteúdo do panfleto ressalta a importância da união da população, a fim de combater os militares e suas forças armadas. Além disso, destaca como a sociedade não foi informada do cenário em que estava incluída e como a resistência esquerdista estava atuando contra os militares.

A despeito de não encontrar as produções, apenas pistas do que seriam, a análise dos casos das mulheres mapeadas neste estudo revela a complexidade e a gravidade das repressões sofridas durante a ditadura civil-militar no Brasil, mas, mais que isso, revelam como as mulheres movimentam a História. Enquanto mediadoras, essas mulheres, muitas vezes relegadas ao papel de acompanhantes em uma narrativa patriarcal, demonstraram uma coragem notável ao desafiar o regime, seja por meio da panfletagem, da produção de textos de denúncia ou informativo ou mesmo por suas produções acadêmicas.

O conceito de mediação discutido pelas historiadoras Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen é fundamental para compreender essa atuação.

As autoras propõem a noção de “intelectuais mediadores” como sujeitos que estabelecem pontes entre diferentes esferas sociais, culturais e políticas, sendo responsáveis por traduzir, interpretar e difundir ideias, valores e informações. Trata-se, portanto, de uma forma de intelectualidade que não se restringe ao espaço acadêmico ou erudito, mas que se manifesta nas práticas culturais e nas ações políticas do cotidiano. Para Gomes e Hansen (2016), a sociedade tende a subvalorizar essa mediação, uma vez que “tais mediadores, de enorme relevância na construção de identidades culturais de indivíduos e comunidades, geralmente não são identificados e não se identificam pela categoria de intelectual” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 9).

À luz desse conceito, as mulheres estudadas podem ser compreendidas como intelectuais mediadoras. Mesmo em condições adversas, marcadas pela repressão política, pela perseguição ideológica e pelo machismo estrutural, elas atuaram como agentes de circulação de ideias e de formação de consciência política. Além de se constituírem com o papel duplamente transgressor, como ressaltado por Ferreira (1996, p. 94), vê-se as mulheres exercerem um papel social duplamente subalternizado: o de mediadoras, frequentemente desvalorizadas na hierarquia do saber. Sobre as produções há que se destacar o cunho político, a fim de informar a população sobre o cenário ditatorial, como também a presença de denúncias acerca da máquina ditatorial que regia o Brasil naquele momento. Esses materiais, que incluíam desde jornais clandestinos até panfletos, manifestos e obras literárias, serviram como importantes veículos de denúncia das violações de direitos humanos e das práticas repressivas do Estado.

Além disso, essas produções criaram uma rede de comunicação e solidariedade entre os militantes, permitindo a articulação de movimentos de oposição em um contexto de censura e repressão. A escrita militante não só documentou a resistência, mas também contribuiu para a construção de uma contranarrativa que questionava o discurso oficial imposto pelo regime, mantendo vivas as aspirações por liberdade, justiça e democracia. Rago (2013, p. 315) examina essa determinação feminina muito importante para a presença

política das mulheres, ao afirmar que “a luta pela autonomia pessoal e o esforço para introduzir valores éticos e feminista na vida cotidiana de uma sociedade ainda marcada pela cultura do patriarcado revela coragem, ousadia e um imenso desejo de mudança”.

A atuação dessas mulheres é evidência dessa luta e seus exemplos podem e devem ser incorporados na escola básica, especialmente em consonância à Lei nº 14.985 de 2024. Essa legislação que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio”, institui também a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Alinhar esse trabalho a tais determinações é fundamental para fortalecer o ensino dos direitos humanos a partir do direito à memória e para assegurar a igualdade de gêneros na escrita da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo demonstram a participação política significativa das mulheres na resistência ao regime militar, destacando suas motivações e os meios que utilizaram para disseminar suas ideias. A análise revela a complexidade de suas ações, desde a produção e distribuição de panfletos até a publicação de artigos em jornais alternativos e produções acadêmicas, desafiando um regime que buscava silenciar vozes dissidentes.

A falta de documentação sobre o nível educacional de quase metade das mulheres mapeadas dificulta a compreensão de suas trajetórias enquanto grupo. Além disso, a dificuldade de visualizar as notícias escritas pelas mulheres, uma vez que suas produções foram destruídas, demonstra que houve um apagamento significativo nas produções esquerdistas. Ainda assim, foi possível encontrar os rastros, as pistas, os sinais, como diria Ginzburg (1986) sobre suas presenças, sobretudo aquelas que enveredaram pelo ensino superior,

o que reflete, por um lado, a importância das universidades como espaços de enunciação.

A análise dos prontuários e dos testemunhos recolhidos a posteriori, em outra fase da vida de algumas delas, revela ainda que, além de serem produtoras de conteúdo antigoverno ditatorial, muitas dessas mulheres desempenharam papéis cruciais como mediadoras, arriscando suas vidas ao distribuir materiais que denunciavam as injustiças e atrocidades do regime.

O que nos leva a entender que o perfil dos e das mediadoras não é fixo, e sim diverso. Hansen e Gomes ressaltam que os intelectuais mediadores “podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade” (Gomes; Hansen, 2016, p. 21). Dessa forma, podemos entender que os locais onde tais mediadoras atuam são diversos, sendo tanto um local formal, como os jornais, revistas e periódicos, como por meio da enunciação a um “público de corte determinado, como o escolar, o feminino, os sócios ou membros de uma organização ou comunidade étnica” (Gomes; Hansen, 2016, p. 21), como foram os casos das mulheres aqui tratadas.

Considerar as mulheres que foram presas e perseguidas durante a ditadura civil-militar como mediadoras do conhecimento mais a esquerda politicamente é fundamental, pois revela o papel central que desempenharam na resistência ao regime. Ao se responsabilizar pela divulgação de informações que o governo tentava ocultar, essas mulheres atuaram de maneira decisiva na democratização do acesso à informação, utilizando, dentre outros suportes, panfletos e outros meios para alcançar a população. A desmoralização das mulheres presas, evidenciada nos testemunhos de abusos e torturas, expõe também a visão patriarcal dos militares, que subestimaram a capacidade dessas mulheres de estarem na militância por convicção própria. Nesse sentido, seus legados, desde a produção acadêmica até a militância clandestina, permanecem como testemunho de sua coragem e determinação em face da opressão política e do machismo explícito.

Em suma, este estudo não só dá a ver indícios e elementos das histórias dessas mulheres, como também sublinha a importância de reconhecer e valorizar suas contribuições na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. A pesquisa contínua e o registro de suas memórias são essenciais para compreender a complexidade das resistências ao regime autoritário e para garantir que suas vozes e ações não sejam esquecidas.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: EdUFPE & Editora Oito de Março, 2005. 264p.
- ARAÚJO, M. P. Uma história oral da anistia no Brasil: memória, testemunho e superação. In: MONTENEGRO, A. T.; RODEGHERO, C. S.; ARAÚJO, M. P. (Org.). *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária, 2012, p. 53-96.
- ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE) Listagem DOPS: Prontuários individuais. Listagem. *Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano*, 2022. Acesso presencial.
- BAUER, C.; GERTZ, R. Os arquivos como fonte para a pesquisa histórica. In: PINSKY, C. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 101-117.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.
- CEMVDHC - Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. *Relatório final*. Vol. III. José Carlos Dias et al (org.). Brasília: CNV. 2014.
- FERREIRA, Elizabeth Ferreira Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 149p.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 281p.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 488p.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro, Bauru: EDUSC, 2005. 519p.

Prontuário individual de Célia Maria Uchôa Leite nº 17.852. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. *Arquivo Público do Estado de Pernambuco*, Recife.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2013. 341p.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógena. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 3, p. 53-66, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/YbZcHxhdbxkMk6CW3bC69pL/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2025.

STOPPINO, Mario. “Ditadura”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 368-378.

Vou contar para meus filhos. (Brasil, 2011). Direção: Tuca Siqueira. Produção: Hamilton Filho, Luisa Malu. Roteiro: Tuca Siqueira. Distribuidora: Cabra Quente Filmes. Gênero: *Documentário*. Duração: 24 min.

Recebido em: 03/12/2025
Aprovado em: 05/12/2025
Publicado em: 26/02/2026